

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 2022

Altera o parágrafo 3º do art. 68 da Lei nº 9.610 de fevereiro de 1998 para retirar os hotéis como locais de frequência coletiva, visando impedir a cobrança de taxas referentes à transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais.

Autor: Deputado DOMINGOS SÁVIO

Relatora: Deputada JANDIRA FEGHALI

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Cultura para análise de mérito o Projeto de Lei Complementar n.º 20, de 2022, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que altera o parágrafo 3º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para retirar os hotéis como locais de frequência coletiva, visando impedir a cobrança de taxas referentes à transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais.

A matéria foi distribuída às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC, art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), estando sujeita à apreciação do plenário. Tramita em regime de prioridade, conforme o art. 151, II do RICD.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

Em 27/03/2024, fui designada relatora da matéria pelo ilustre Presidente desta Comissão de Cultura.

É o Relatório.



II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei Complementar nº 20/2022, do Deputado Domingos Sávio, propõe dar nova redação ao § 3º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 1998, para excluir os hotéis como locais de frequência coletiva. O objetivo é impedir a cobrança de taxas referentes à transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

O autor justifica que a Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771/2008, dispõe que os aposentos dos empreendimentos hoteleiros são locais de frequência individual, assemelhados ao domicílio dos indivíduos. Alega, ainda, que “não se demonstra razoável que o uso de aparelhos de televisão ou de rádio em quartos de meios de hospedagem objetiva ou implica a obtenção de lucros pelos estabelecimentos”. Menciona também a edição da Medida Provisória nº 907/2019, que previa expressamente a não incidência de direitos autorais sobre a execução de obras literárias, artísticas ou científicas no interior das unidades habitacionais dos meios de hospedagem.

Embora a justificação do PLP informe que a MPV 907/2019 caducou sem ter sido convertida em norma legal, é forçoso registrar que a proposição foi apreciada pelas duas Casas Legislativas e convertida na Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020. O Parlamento optou, ao analisar a matéria naquele momento, por não incorporar a medida proposta no texto final.

Importante registrar também que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento do Recurso Especial nº 1.858.874/SP, em 25/08/2020, decidiu que:

- *A disponibilização de acesso, via rádio e televisão, a obras autorais na prestação de serviços de hospedagem de natureza empresarial **pressupõe intuito de lucro**, não estando albergada pela exceção aos direitos autorais prevista no art. 46, VI, da Lei n. 9.610/98.*
- *Os quartos de motel são considerados locais de frequência coletiva para fins de proteção de direitos autorais, conforme redação expressa do art. 68, § 3º, da Lei n. 9.610/98. Entendimento consolidado neste Superior Tribunal.*
- *A Lei n. 11.771/08 (Lei Geral do Turismo), ao conceituar meios de hospedagem como locais de frequência individual e de uso exclusivo,*



apenas se ocupou de trazer definição relevante no âmbito da Política Nacional de Turismo, não tendo disposto acerca de direitos autorais ou tampouco afastado a redação expressa do art. 68, § 3º, da Lei n. 9.610/98, que constitui a lei especial acerca do tema.

- A disponibilização de obras musicais, literomusicais ou audiovisuais e de fonogramas, por aparelhos de rádio ou de televisão em quartos de motel, configura modalidade de utilização independente da atividade da emissora, à luz do art. 31 da Lei n. 9.610/98 e do art. 11bis(1) da Convenção de Berna (Decreto n. 75.699/75), sendo imprescindível nova autorização. Ausência de "bis in idem".

Em 24/03/2021, no julgamento dos Recursos Especiais REsp nº 1.873.611; 1.870.771 e nº 1.880.121, o STJ fixou as teses de que:

“a) A disponibilização de equipamentos em quarto de hotel, motel ou afins para a transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais permite a cobrança de direitos autorais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.

b) A contratação por empreendimento hoteleiro de serviços de TV por assinatura não impede a cobrança de direitos autorais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, inexistindo bis in idem”.

Além de estarmos em total acordo com o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, lembro que qualquer limitação/isenção a direitos autorais prevista na lei brasileira deve observar a legislação internacional a respeito do tema, mais especificamente a Convenção de Berna e o Acordo TRIPS.

Tais tratados estabelecem uma regra de proporcionalidade para a limitação ao pagamento de direitos autorais pela legislação nacional, exigindo três requisitos cumulativos a serem atendidos por normas que busquem restringir o pagamento de valores aos artistas, a saber: as limitações/isenções devem ser restritas a determinados casos especiais; não devem atentar contra a exploração normal da obra; e não podem causar prejuízos injustificados aos autores.

Considerados os requisitos, não me parece que o estabelecimento de uma isenção genérica para todo o setor de hotéis, que atua com intuito de lucro e usa a disponibilização de músicas e vídeos nos quartos como um atrativo a mais para atrair os clientes, atenda aos requisitos



estabelecidos pelos tratados mencionados, aos quais o Brasil voluntariamente aderiu.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada JANDIRA FEGHALI
Relatora

